

Ano XX nº 5847 – 06 julho de 2018

Pesquisadores apontam "efeito devastador" da reforma trabalhista

A mudança nas regras trabalhistas (chamada de "reforma") não fez empregos aumentarem no país, precarizou várias atividades, reduziu postos de trabalho e levou a salários ainda mais baixos. A constatação é de economistas, parlamentares e representantes do Executivo e do Judiciário, debatida durante seminário realizado na Câmara dos Deputados, na última terça-feira, 03/07.

A principal conclusão da maior parte dos palestrantes, ao avaliar o impacto da Lei 13.467/17 (da chamada "reforma" trabalhista) na vida dos brasileiros foi que nenhum dos objetivos alegados pelo governo Temer para a alteração da legislação trabalhista se concretizou. Por esse motivo, o deputado Bohn Gass (PT-RS), um dos autores do requerimento que pediu a realização do evento, sugeriu que sejam feitos esforços para a aprovação o quanto antes das várias propostas que estão em tramitação no Congresso com o objetivo de reverter as regras impostas pela "reforma".

Dentre estas, ele destacou o Estatuto do Trabalho, que está no Senado e representa uma nova Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O governo usou como pretexto para fazer essa reforma espúria o argumento de que haveria crescimento econômico, geração de empregos e estabilidade jurídica para análise dos processos trabalhistas. Nada disso aconteceu.

A constatação do deputado foi confirmada e comprovada pela pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Marilane Teixeira. Segundo Marilane, os postos de trabalho observados de novembro até agora são todos caracterizados por precarização e baixos salários.



Governo prioriza banco e menospreza área social



A dívida bruta do governo avançou para R\$ 5,133 trilhões em maio, o que representa 77,0% do PIB (Produto Interno Bruto). Os dados mostram que, ao invés de áreas sociais, a prioridade é pagar os bancos. São reservados R\$ 968 bilhões do orçamento de 2018 para pagamento de juros, encargos, amortização e refinanciamento do débito.

Pelas contas, são desviados dos investimentos, por dia, R\$ 2,7 bilhões para engordar os cofres dos bancos. Em contrapartida, o governo reservou do orçamento deste ano apenas R\$ 130 bilhões para a saúde e R\$ 89 bilhões para a educação.

Os últimos feitos do governo mostram quais são as prioridades. A Emenda Constitucional 95 congelou por 20 anos os gastos sociais. Ou seja, caiu a vinculação orçamentária da receita das despesas das áreas da saúde e educação e ficou somente a variação anual da inflação pelo IPCA/IBGE como reajuste.

A mídia comercial brasileira não faz questão de mostrar, mas o crescimento da dívida pública assusta. É uma bola de neve. Inclusive, a Justiça Federal mandou o Congresso Nacional instaurar uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para auditar os números.

Receita libera consulta a 2º lote de restituição do IR

A partir da próxima segunda-feira 09/07, a consulta ao segundo lote de restituição do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) 2018, estará disponível. Esse lote também contempla restituições residuais dos exercícios de 2008 a 2017.

O crédito bancário para 3.360.917 contribuintes será realizado no dia 16 de julho, totalizando o valor de R\$ 5 bilhões.

